



*Proposta de Trabalho do
candidato a Governador do Estado
do Amapá*

JORGE AMANAJÁS

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Nossa Missão
3. Nossa Visão
4. Desenvolvimento Regional
 - 4.1. Zoneamento Ecológico-Econômico
 - 4.2. Política de Incentivos Fiscais
 - 4.3. Pólos Regionais de Desenvolvimento
 - 4.4. Indústria, Comércio e Serviços
5. Desenvolvimento Social
 - 5.1. Saúde Pública
 - 5.2. Segurança Pública
 - 5.3. Educação Pública
 - 5.3.1. Educação Infantil
 - 5.3.2. Educação Fundamental
 - 5.3.3. Ensino Médio
 - 5.3.4. Formação Tecnológica
 - 5.3.5. Formação Superior
 - 5.4. Ciência e Tecnologia
 - 5.5. Rede de Proteção Social
 - 5.6. Cultura e Esportes
6. Infra-Estrutura
 - 6.1. Abastecimento de Água
 - 6.2. Saneamento Básico
 - 6.3. Energia Elétrica
 - 6.4. Rodovias
 - 6.5. Turismo
 - 6.6. Política Agrícola
 - 6.6.1. Assentamentos Agrícolas
 - 6.6.2. Cerrados
 - 6.6.3. Produção Agrícola
 - 6.7. Política Mineral
 - 6.8. Política Ambiental
 - 6.8.1. Recursos Florestais
 - 6.8.2. Meio-Ambiente
7. Gestão e Governança

1. INTRODUÇÃO

Após 21 anos de criado e 19 de instalado, o Estado do Amapá ainda não definiu claramente qual a sua verdadeira vocação, qual o caminho que deseja trilhar para fazer face aos grandes problemas que um pequeno estado federativo, localizado em zona remota amazônica, enfrenta e irá enfrentar cada vez mais dificuldades para criar as condições mínimas que propiciem o seu desenvolvimento e o bem-estar de seu povo.

Produzindo apenas 20% dos produtos agrícolas que consome, estando em 16º lugar na classificação nacional do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano preconizado pela Organização das Nações Unidas – ONU, com um crescimento demográfico médio anual de 5,7%, sendo destino de um intenso fluxo migratório regional, vê suas estruturas, principalmente as sociais, pressionadas por necessidade de expansão constante, sem que tenha disponibilidade orçamentária para fazê-la acompanhar o seu crescimento demográfico.

Por outro lado, a população urbana que em 1950 era de 37,09%, passou para 89,03% em 2000, decorrente da falta de infra-estrutura existente no interior do Estado – saúde, educação, produção, emprego e renda, dentre outros.

O acentuado crescimento demográfico urbano – principalmente em Macapá e Santana – proveniente do êxodo da população interiorana e acrescido do fluxo migratório das ilhas vizinhas do Estado do Pará e de outras regiões do norte vem provocando significativos estrangulamentos na estrutura de atendimento e inclusão social. Com isso os investimentos em atendimento social nas capitais dos municípios amapaenses não conseguem acompanhar a expansão de suas demandas.

Por outro lado, em breve teremos a ligação rodoviária com o Platô das Guianas ao Norte e com o Estado do Pará ao sul o que, por certo acentuará ainda mais o fluxo migratório.

Há de se ressaltar que também em futuro bem próximo teremos o desenvolvimento da atual Área de Livre Comércio, a implantação da Zona de Processamento de Exportação, o Corredor da Biodiversidade, o surgimento do comércio internacional de carbono, dentre outros grandes projetos que estão em fase de implantação e que iremos acelerar sua implantação, também irão necessitar de estruturas e políticas públicas de qualidade.

Não obstante a atual crise financeira mundial, já em compasso de desaceleração, há recursos para investimentos em projetos de estrutura social, não somente no Brasil, mas, principalmente no mercado internacional.

2. NOSSA MISSÃO

Sabemos que os grandes projetos estruturantes necessitam de um longo período de tempo para serem concebidos, formatados, desenvolvidos, liberados, financiados e aplicados. Assim, pretendemos dar seguimento aos projetos dessa natureza que ora estão em qualquer dessas fases, desde que venham proporcionar melhoria no bem-estar e na qualidade e vida da população.

Com pouco mais de 600.000 habitantes, o Estado do Amapá continua na sua tendência histórica de continuidade do processo de crescimento urbano e esvaziamento da população rural sem que tenhamos um planejamento, no mínimo decenal, para reduzirmos a velocidade desse fluxo proporcionando ao homem do campo a estrutura necessária para que nele continue, produzindo, sendo atendido socialmente, tendo a possibilidade de ser um produtor independente, com perspectiva de crescimento para si e sua família.

Muito embora nossos indicadores econômicos e sociais tenham melhorado em relação à última década, continuam ainda a serem considerados tímidos frente aos demais indicadores do restante da Amazônia e do Brasil e, então, como causa, podemos considerar que continuamos tendo como maiores empregadores o comércio, o governo estadual e as prefeituras municipais, sendo o primeiro inteiramente dependente dos demais.

No exercício financeiro de 2008 tivemos sim aumento na receita orçamentária global em relação à previsão orçamentária (previsão de R\$ 2.110 bilhões para execução de R\$ 2.743 bilhões). Não podemos considerar que isso tenha sido devido a esforço próprio do Amapá. Vários fatores externos contribuíram para esse aumento, sendo o mais importante o próprio desempenho positivo da economia brasileira, principalmente nos 03 primeiros trimestres que quebrou recordes de arrecadação o que influenciou positivamente para aumento das transferências da União para os Estados e Municípios.

Entretanto, no último trimestre desse ano (2008) o mundo globalizado começou a sentir os efeitos da redução do ritmo dos Estados Unidos, deflagrando assim uma grave e grandiosa crise financeira mundial com reflexos, embora em menor escala no Brasil. Embora em recuperação, dificilmente esse estado de bonança, crédito fácil e outras regalias repetir-se-á nos próximos 05 a 10 anos.

O Orçamento do Estado para o exercício de 2009 já havia sido aprovado pelo Poder Legislativo com uma redução de 13% e vem sofrendo seguidos contingenciamentos.

É importante ressaltar que a vários exercícios financeiros o orçamento de investimentos não é aplicado em sua plenitude, tendo, normalmente, parte dessa disponibilidade transferida para o orçamento de custeio, em detrimento ao melhoramento da infra-estrutura estadual.

Para um orçamento de pouco mais de R\$ 2,5 milhões o Amapá só produz algo em torno de 20%. A diferença é coberta por transferências da União, rubricas constitucionais e convênios dentre outras.

Vamos, então, através de financiamentos nacionais e internacionais, incentivos fiscais e controle absoluto dos gastos públicos, disponibilizar recursos para implantarmos o desenvolvimento que o Amapá necessariamente irá precisar para seu crescimento.

3. NOSSA VISÃO

Com toda a crise econômica que se abateu sobre o mundo globalizado, com reflexos no Brasil, mesmo assim somos otimistas em relação do futuro do Estado do Amapá.

Nos próximos 4/5 anos teremos ao norte a ligação rodoviária do Amapá com o norte da América do Sul e, por consequência, com as Antilhas e com a Comunidade Econômica Européia. Ao sul teremos também a ligação rodoviária do Amapá com o Estado do Pará e com o restante do Brasil.

Interligando esses dois pontos teremos a conclusão do asfaltamento da BR-156, transformando a “ilha” que é hoje o Estado do Amapá em um grande corredor de circulação de riqueza e desenvolvimento.

Mesmo atravessando diversas dificuldades em virtude de uma legislação tributária engessante, temos uma Área de Livre Comércio que poderá ser incentivada, associada à já aprovada Zona de Processamento de Exportação – ZPE e a Zona Franca Verde.

O endividamento estadual (20%) deixa margem para captação de financiamentos nas diversas agências de fomento sejam nacionais e/ou internacionais.

O mercado internacional de carbono está em franca ascensão despertando, o interesse dos demais países desenvolvidos pela Amazônia e pelo Amapá, com sua localização geográfica privilegiada e sua cobertura vegetal preservada (98%).

Vamos estruturar o Amapá em conjunto com todos os segmentos da sociedade, com todos os poderes, com os legislativos e executivos municipais, com a bancada federal e com o governo federal e a sociedade, sem olhar a cor partidária de nenhum deles. Nossa visão e objetivo é obter a força do conjunto e não a fragilidade individual.

Vamos dar continuidade às políticas públicas em andamento que tenham proporcionado resultados positivos para o desenvolvimento e bem-estar da população.

Necessitamos intensificar a Política de Interiorização do Desenvolvimento através de ações que priorizem a geração de benefícios sócio-econômicos para o interior do Estado e estabeleça condições favoráveis para fixação do homem ao campo, com o fortalecimento e ampliação das estruturas municipais de atendimento à população.

Para que possamos bem direcionar os recursos financeiros vamos concluir o Zoneamento Ecológico e Econômico, identificando o potencial de produção de cada micro-região e que sirva de orientação à ocupação do espaço territorial.

Vamos direcionar políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento físico, intelectual, cultural e profissional da população, de acordo com suas vocações, principalmente para integralização do homem/mulher local na participação efetiva do sistema produtivo.

É também compromisso nosso com a população que vamos manter e ampliar a Rede de Proteção Social existente, através da manutenção dos programas de bolsas e de renda mínima, assistindo o ser humano até sua incorporação pelo mercado produtivo.

O desenvolvimento local necessita da expansão da oferta de energia elétrica com ênfase aos centros urbanos e aos pólos de desenvolvimento. Para isso, juntamente com a bancada federal de parlamentares e o Governo Federal iremos acelerar a construção da interligação do nosso sistema com o sistema de Tucuruí – Linhão do Tucuruí -, já aprovado pelo Governo Federal.

Vamos investir maciçamente no desenvolvimento da Ciência (pesquisa acadêmica) e da Tecnologia (escolas técnicas e centros tecnológicos), expandindo a estrutura da UEAP, do IEPA e do CEPA que passarão a ser os núcleos desses dois programas.

Torna-se imprescindível a continuidade da execução do programa de otimização dos Sistemas de Planejamento, Arrecadação Tributária e de Controle da Governança, de modo que se proceda de forma efetiva a elaboração, acompanhamento e avaliação dos programas governamentais nos seus vários aspectos tais como necessidade, oportunidade e custo.

Nessa mesma filosofia de trabalho, vamos implantar o Sistema de Gestão por Objetivos, através do qual acompanhar-se-á, por vários indicadores de desempenho, o funcionamento de cada órgão do governo e das prefeituras municipais.

Cada Secretaria do Governo terá uma Coordenadoria de Gestão Ambiental que funcionará sob a orientação técnica da SEMA – Secretaria do Meio Ambiente.

A Saúde Pública deverá ter sua gestão profissionalizada e será, permanentemente avaliada segundo os bio-indicadores de desempenho.

Vamos apoiar decididamente, através de financiamento externo, o aperfeiçoamento da estrutura de controle externo através dos demais poderes (Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público).

As ações e projetos que iremos desenvolver para atingirmos esses objetivos estão a seguir ordenados por eixos de desenvolvimento que passamos a detalhar sinteticamente.

4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4.1. Zoneamento Ecológico-Econômico

O objetivo é complementar o Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE – que atualmente estuda somente a área sul do Estado.

A complementação desse trabalho indicará as áreas agriculturáveis, ao mesmo tempo que servirá de instrumento de regulação da atividade produtiva e de indicação às políticas públicas de ocupação espacial com preservação ambiental.

Referido estudo será executado por técnicos locais, com recursos nacionais e internacionais, já que dispomos da metodologia adequada a sua execução.

4.2. Política de Incentivos Fiscais

Vamos trabalhar decididamente para implantarmos a Zona Franca Verde e a Zona de Processamento de Exportação e implantar incentivos fiscais que proporcionem aumento na disponibilidade de empregos.

4.3. Pólos Regionais de Desenvolvimento

Através do estudo sócio-econômico já citado, vamos definir qual a vocação de produção de cada região do Estado, implantando pólos de desenvolvimento local, onde todas as políticas públicas funcionarão integradas para tal finalidade.

Podemos citar como exemplos, se assim o estudo prévio indicar:

Pólo Agrícola: região do Matapí, região do Pacuí, Colônias Agrícolas já existentes, dentre outros.

Pólo Extrativista Vegetal: região sul do Estado e Perimetral Norte.

Pólo Científico-Ecológico: Amaparí, Serra do Navio, Reservas Florestais, dentre outros.

Pólo Industrial: Santana.

Os Gestores Municipais serão apoiados pela estrutura técnica do Governo do Estado para melhorar a infra-estrutura física e de recursos humanos do município e desenvolvimento de projetos para captação de recursos financeiros através das agências de financiamentos específicas de cada aplicação, independente de coloração político-partidária.

4.4. Indústria, Comércio e Serviços

Este sub-setor tem uma grande dependência de energia elétrica, incentivos fiscais e recursos humanos para o seu pleno desenvolvimento sem agressão ao meio-ambiente.

Estas questões serão equacionadas para que tenhamos aumento da renda familiar com menos dependência da economia governamental.

Algumas ações já podem ser enunciadas:

- em conjunto com a bancada parlamentar federal e com a União, vamos implantar o Linhão do Tucuruí;
- prioritariamente vamos estimular a agroindústria destinada ao processamento de alimentos;
- a ligação rodoviária com o norte da América do Sul através da ponte sob o Rio Oiapoque e com o restante do Brasil através da ponte sob o Rio Jarí, por cento

ampliará as dimensões das áreas de consumo de bens e serviços que o Amapá poderá explorar em situação geográfica privilegiada.

A construção civil é uma atividade que serve como parâmetro das estatísticas de desenvolvimento da área de serviços servindo para medirmos o índice de desenvolvimento de cada região, gerando renda e empregos, direta ou indiretamente.

Utiliza-se de um grande contingente de pessoas que ainda não conseguiram alcançar determinado nível de especialização. e/ou formação profissional. Para atender essa demanda atual e a futura, há necessidade de formamos técnicos mais especializados. Para isso precisamos implantar centros técnicos profissionalizantes para a formação de nível médio.

5. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

5.1. Saúde Pública

A Constituição Federal define a saúde como um direito de todos e de dever do Estado. A inclusão da saúde no texto constitucional gerou um conjunto de leis voltadas à organização e implementação do SUS - Sistema Único de Saúde, a “Lei Orgânica da Saúde”, além de inúmeros decretos, portarias interministeriais e portarias normativas do Ministério da Saúde. Esse arcabouço legal do SUS deve ser do pleno conhecimento dos gestores do sistema de saúde (CONASS, 2003). São definidas pelo texto constitucional as principais características do SUS: universalidade, integralidade, equidade, gratuidade, organização descentralizada com direção única em cada esfera de governo, prioridade das atividades preventivas e sem prejuízo das atividades de assistência, participação da comunidade, financiamento público das três esferas de governo e participação da iniciativa lucrativa e filantrópica de modo auxiliar (LUCHESE, 1996; ANDRADE, 2001).

O SUS é um plano assistencial de Saúde Pública considerado como modelo teórico para diversas nações, por se tratar de um modelo geral, amplo e extensivo a todo o território nacional. Institui-se o SUS, como um sistema de atenção e cuidados, com base no direito universal à saúde e na integralidade das ações, abrangendo a vigilância e promoção, prevenção e recuperação de saúde, sendo sua maior responsabilidade a saúde curativa (ambulatorial e hospitalar).

O SUS é um sistema porque é formado por várias instituições dos três níveis de governo (União, estados e municípios) e pelo setor privado, com o qual são feitos contratos e convênios para a realização de serviços e ações, como se fosse um mesmo corpo. Sua gestão nos Estados é realizada através de Comissões Bipartites compostas por representantes das duas instâncias de governo: estadual e municipal.

Teoricamente o SUS atenderia aqueles necessitados por atendimento médico de acordo com a seguinte modelagem a ser implantada em cada unidade federativa:

Baixa Complexidade	Localidades
Média Complexidade	Sedes dos Municípios
Alta Complexidade	Centros Populacionais mais Ampliados

- *Baixa complexidade* – Estabelece todas as ações de promoção, prevenção e proteção à saúde em um território definido, de responsabilidade do município.
- *Média complexidade* – É prestada por uma rede de unidades especializadas (ambulatórios e hospitais), garantindo o acesso à população sob sua gestão. Estará organizado em cada uma das microrregiões do Estado.
- *Alta complexidade* – É a atenção da saúde de terceiro nível, integrada pelos serviços ambulatoriais e hospitalares especializados de alta complexidade tecnológica. Será organizada em pólos macrorregionais.

Entretanto por questões das mais diversas origens que vão desde a falta de estrutura física (locais), de recursos humanos (profissionais), medicamentos e insumos básicos, passando pelo baixo valor que o sistema reembolsa os atendimentos até na má qualidade da sua gestão, não atende com qualidade e dignidade o paciente que a ele recorre incluindo a dificuldade de acesso. As conseqüências são extremamente visíveis: descontentamento e descrédito e filas de espera indignas e aviltantes para consultas, exames e cirurgias.

A par disso a Saúde Pública Preventiva (que cuidaria das causas cujos efeitos são atendidos pelo SUS) existente no Brasil, e especificamente aqui no Estado do Amapá, é praticamente inexistente, numa área tropical com grande incidência de doenças transmissíveis, falta de água tratada, tratamento de esgotos, drenagens pluviais, imunizações, qualidade nutricional e qualificação profissional, são algumas das questões que fazem parte da (in)existência da Saúde Pública no nosso Estado em particular.

A má qualidade do resultado apresentado pelas instituições responsáveis pela Saúde Pública Corretiva (atendimento) e a quase inexistência de resultados a serem apresentados pelas instituições responsáveis pela Saúde Pública Preventiva (infra-estrutura, saneamento e planejamento), transforma o conjunto Saúde Pública no Estado do Amapá como a primeira das necessidades de nossa população.

Com essa visão, em nosso governo vamos gerir a Saúde Pública de modo integrado e participativo a partir dos seguintes eixos de execução:

- SUS – Sistema Único de Saúde;
- Infra-Estrutura para Atendimento (ambulatorial e hospitalar);
- Programas Integrados de Saúde Pública;
- Gestão da Saúde Pública.

5.2.1. SUS – Sistema Único de Saúde

- Consolidar e profissionalizar os componentes do SUS em parceria com os Governos Federal e Municipal;
- Priorizar a atualização de equipamentos e recursos humanos dos laboratórios e postos de saúde, porta de entrada do paciente no Sistema;
- Elaborar e implantar um Plano Integrado de Atendimento Público, integrando ambulatórios, postos de saúde, unidades básicas de saúde e unidades hospitalares;

- Eliminar as filas existentes em todas as unidades de atendimento através da ampliação da estrutura-física e agendamento eletrônico para as não emergências;
- Profissionalizar o gerenciamento da Saúde Pública no Estado do Amapá. Os cargos somente serão ocupados por profissionais devidamente habilitados para a função.
- Firmar convênios com os órgãos federais responsáveis por esta área (Ministério da Saúde, FUNASA dentre outros) e com todos os Municípios do Estado para que os programas sejam executados de forma integrada, sob a coordenação da Secretaria de Saúde Estadual - SESA.

5.2.2. Saúde Pública Preventiva

- A exemplo da Saúde Corretiva (SUS), vamos implantar uma Comissão Tripartite, composta por representante-técnicos dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) para formulação de políticas integradas de saneamento público, avaliação mensal dos bio-indicadores de cada município, necessidade e oportunidade da aplicação e operacionalização dos recursos públicos.
- Esta comissão, subordinada à um setor específico especializado em saneamento público da Secretaria Estadual de Saúde – SESA, terá também assento no Conselho de Administração da CAESA – Companhia de Água e Esgoto do Amapá, seja através de seus titulares, seja através de técnicos especializados em saneamento público.
- Ampliação e remodelação da Vigilância Sanitária estadual que atuará mais diretamente no atendimento de um mais eficiente e eficaz controle não só de vetores, mas também das condições sanitárias dos municípios como um todo.
- Organização das ações de Vigilância à Saúde Bucal com ênfase na implantação do programa de fluoretação da água de abastecimento público nas localidades onde possuem sistema de tratamento de água, bem como realizando exames amostrais para garantir o monitoramento dos teores aplicados, garantindo, assim, a continuidade do processo. Tal medida é eficaz no controle e prevenção da cárie dentária, reduzindo em média em 60% a prevalência de cárie, garantindo o direito de acesso universal.

5.2.3. Programas Integrados de Saúde Pública

Atualmente os programas de saúde existente no Estado (16 regulamentados), estão formatados para atendimento a um tipo específico de atividade ou grupo social (mulher, crianças, dentre outros).

Todos os programas de saúde serão revistos, avaliados através dos bio-indicadores preconizados pela OMS – Organização Mundial de Saúde, ampliados e agrupados segundo as fases da vida humana, independente de gênero, tipicidade ou qualquer outra variável.

Referidos Macro-Programas de Saúde são os seguintes:

MACRO-PROGRAMA	GRUPO ETÁRIO
Saúde da Mulher e da criança	Mulher em idade fértil e gestante
Saúde do Adolescente	+10 a 19 anos
Saúde do Adulto	+ 21 anos
Saúde do Idoso	+ 60 anos

5.2.3.1. Saúde da Mulher e da Criança

O Programa Viver a Vida e Criança Viva

Sabemos que muitas mortes de crianças até um ano de idade e de mulheres durante a gravidez, o parto e o puerpério (período pós-parto) podem ser evitadas com um **atendimento de qualidade**:

- Antes, durante e depois da gestação;
- No planejamento familiar; e,
- No acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

Essas ações serão sistematizadas e ampliadas, constituindo a base do **Programa de Redução da Mortalidade Infantil e Materna no Estado do Amapá – Viver a Vida**, cuja implantação estará sob a responsabilidade da SESA.

A Criança

O ciclo da criança compreende um período da vida do ser humano onde incidem diferentes riscos de adoecer e morrer, conforme o momento do processo de crescimento e desenvolvimento e a inserção social da criança.

De um modo geral, a vulnerabilidade da criança aos agravos de saúde é maior nos dois primeiros anos de vida, em função da imaturidade de alguns sistemas e órgãos (sistema imunológico, neurológico, motor e outros). Além de que a criança tem maior dependência do adulto para os cuidados básicos com a saúde, a alimentação, a higiene, a estimulação e a proteção contra acidentes, entre outros.

Portanto, vamos priorizar as seguintes ações preventivas nesta área:

- Identificação e priorização do atendimento ao RN de alto risco com um atendimento multidisciplinar em gestão pactuada com os municípios;
- Incentivo ao aleitamento materno com a ampliação do banco de leite atual e implantação de bancos descentralizados nos municípios;
- Verificação dos resultados do teste de triagem neonatal e ampliação da cobertura a estes testes diagnósticos pela rede pública, permitindo um diagnóstico precoce de doenças hereditárias e déficits no crescimento/desenvolvimento;
- Aplicação e orientação sobre as vacinas do esquema básico;
- Atendimento seqüencial do processo de crescimento, segundo cronograma proposto no Caderno Temático da Criança;
- Orientações para uma alimentação saudável com a implantação e ampliação do Programa de acompanhamento nutricional na rede hospitalar e UBS's em parceria com os municípios;
- Criação e implantação do **Núcleo de Atenção à Criança de Alto Risco**: acompanhamento do desenvolvimento da criança, com ênfase na observação das relações familiares e estímulo

a um ambiente que propicie interações afetivas com a intervenção de psicólogos e Assistentes Sociais.

- Serviços preventivos odontológicos especializados à gestantes, com a realização de atividades educativas preventivas até o final da gestação, e posterior acompanhamento das crianças de 0 a 4 anos.

5.2.3.2. Saúde do Adolescente

A atenção à saúde do adolescente (10 a 19 anos) e do jovem tem sido um importante desafio para a organização dos serviços de saúde e para a sociedade. Nas últimas décadas, a necessidade do estabelecimento de políticas para a adolescência tem-se destacado, considerando o grande continente populacional que estes grupos representam e também a importância do desenvolvimento integral de suas potencialidades. Portanto, devemos ressaltar o compromisso e a atenção com esta faixa etária, traduzindo-se tal preocupação em ações continuadas e integradas. Uma das mudanças mais expressivas que se faz necessária no início deste século, é o da humanização no atendimento, em particular, de adolescentes, que representam 23,4% da população total brasileira.

Lembrando ainda que o adolescente, embora chegue pouco aos serviços de saúde porque adoece pouco, requer atenção através de ações de promoção à saúde e de prevenção de doenças. Estas ações podem se dar nas unidades de saúde ou em articulações com outros setores, principalmente a escola, local privilegiado de inserção dessa população.

• Criação dos centros de atenção à saúde do adolescente e do jovem (CASAJOVEM)

- Ambiente preservado e que assegure o sigilo, onde pais ou responsáveis só poderão ser informados sobre o conteúdo das consultas com o exposto consentimento dos adolescentes.
- Ressalta-se ainda, a questão do início da atividade sexual nesta fase da vida. O profissional de saúde tem um papel importante como facilitador de espaços de educação sexual e prevenção das DST/AIDS, além da orientação sobre a gravidez, aborto, métodos contraceptivos. Para que esse período possa ser saudável é necessária a ação do Estado visando a redução de riscos aos quais esse segmento populacional encontra-se mais exposto.
- Ampliar os serviços de Atenção Social aos Adolescentes e suas famílias, com a intervenção e monitoramento por Assistentes Sociais junto ao jovem em dificuldades nas relações familiares (separações, falta de diálogo, conflitos entre pais e filhos, alcoolismo de um ou ambos os pais, incesto/abuso, transtorno mental etc.);
- Relação com a escola (evasão escolar, repetência, dificuldade de criação de vínculos, atos de violência, agressividade, etc.), introduzir o PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA, ampliando a rede de monitoramento de jovens em situação de risco (uso de álcool e drogas lícitas e/ou ilícitas, aborto, exclusão social, e violência doméstica e sexual dentre outras;
- Programa ADOLEser com Saúde: promover a atenção integral à saúde de adolescentes, visando a promoção da saúde, a prevenção de agravos e a redução da morbi/mortalidade, visando a melhoria da sua qualidade de vida, acompanhando o crescimento e desenvolvimento do adolescente, atendendo-o numa visão biopsicossocial, prevendo uma integração com as escolas e um trabalho mais íntimo da SESA com os profissionais da educação.

- Implantação do Centro de Atenção e Acolhimento do Adolescente e do Jovem (CASAJOVEM), com vistas a um atendimento global (multiprofissional nutricionista, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, médicos especialistas em adolescência etc), **ampliando o acesso e adesão dos adolescentes aos serviços de saúde**, com a atenção especialmente voltada aos aspectos preventivos.

- Criação e implantação do Programa “**Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano**”, cujo objetivo é formar 800 (oitocentos jovens), entre 15 e 19 anos – oriundos de famílias de extrema pobreza e que prioritariamente estejam fora da escola – para atuar em prol da melhoria das condições sociais de suas comunidades, bem como de sua própria vida estimulando seu retorno a Escola e a Educação.

5.2.3.3. Saúde de Adulto

PROGRAMA FAMÍLIA VIVA

Segundo a Organização Mundial de Saúde, até o ano de 2020, as condições crônicas serão responsáveis por 60% da carga global de doença nos países em desenvolvimento (OMS, 2002).

Este cenário preocupante impõe a necessidade de medidas inovadoras, que mudem a lógica atual de uma rede de serviços voltada ao atendimento do agudo para uma rede de atenção às condições crônicas.

O **Programa Família Viva** tem por objetivo ampliar e fortalecer o Programa Saúde da Família (PSF), construindo os alicerces para a rede de atenção à saúde: recuperação e ampliação das unidades básicas de saúde, distribuição de equipamentos, monitoramento através da certificação das equipes e avaliação da qualidade da assistência, da educação permanente para os profissionais e repasse de recursos mensais para cada equipe de saúde da família. A prioridade básica do **Família Viva** é a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO AO SOROPOSITIVO E DE PREVENÇÃO DO HIV/AIDS (PROGRAMA VIVER ALÉM):

Promoção e prevenção em saúde, ampliando a distribuição de preservativos masculinos e femininos, expandindo o acesso a programas de redução de danos e trocas de agulhas e seringas e aprimorando o programa de prevenção da transmissão materno-infantil, bem como promover o diagnóstico precoce da infecção pelo HIV, combatendo o preconceito e facilitado o acesso aos exames de triagem e tratamento anti-retrovirais. A descentralização de acolhimento e humanização do Atendimento ao Paciente Soro Positivo, se dará através da criação de Unidades de Referência Especializada em diagnóstico do HIV nos municípios (CTA's-Centros de Testagem e Aconselhamento em HIV nos municípios).

Programa de Acolhimento à Saúde do Portador de Deficiência mental- “VIDA NOVA”

As pessoas com deficiência mental são aquelas que possuem funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais etc. A atenção às pessoas com sofrimento mental no

âmbito da saúde pública passou por mudanças concretas a partir do início dos anos 90. Hoje, vivemos um momento de transição. Precisamos de um Novo Modelo de Atenção e Acolhimento em Saúde Mental, uma prática em que os conceitos cruciais são outros, avessos ao modelo azilar: acolhimento, cotidiano, rede, território, autonomia possível.

Sustentada em princípios que visam a luta pela transformação e inclusão social e a construção de “um outro mundo possível” para todos, fundado nos valores da liberdade, da igualdade e da justiça. Estes aspectos não se restringem à área da Saúde, mas devem envolver a **moradia, o trabalho, o lazer, a educação** etc – construindo uma rede de suporte para as pessoas mais vulneráveis.

Com a superação do modelo de hospital psiquiátrico ou clínica de saúde mental, entre algumas das estratégias, citamos:

- A criação e implantação do programa de Residência Médica e de Enfermagem em Psiquiatria.
- Luta pela humanização do atendimento ao portador de distúrbio mental.
- A implantação de recursos em todos os municípios que possam dispensar a necessidade de transferência às unidades hospitalares centrais.
- Incentivo à produção e manifestação artística e cultural deste segmento.
- Incentivo a organização e implantação de Associações de Familiares e de Portadores de Transtornos mentais que lutem por políticas nesta área.
- Implantação do hospital psiquiátrico do Estado e Residência em Psiquiatria de Enfermagem e Médica, atendendo de forma plena o Hospital Básico, com uma melhor assistência aos portadores de transtornos mentais em nosso estado.

5.2.3.4. Saúde do Idoso

O Brasil e o Amapá estão num processo de envelhecimento populacional e, a cada década, o percentual de idosos aumenta significativamente. Como resultado, estamos vivenciando um período de crescente demanda de recursos voltados para atender as necessidades desta “nova população”. O Idoso consome mais serviços de saúde, sendo as internações hospitalares mais freqüentes e o tempo de ocupação do leito maior do que o de outras faixas etárias, sendo a maioria das doenças dos idosos crônicas e múltiplas.

Tal mudança se configura num desafio para as autoridades sanitárias, especialmente para a implantação de novos modelos e métodos para o enfrentamento do problema. Para tanto, são lançadas as seguintes estratégias através do PROGRAMA “O MELHOR DA VIDA”:

- Capacitação dos profissionais que terão a função de cuidar da saúde dos idosos, pois, atualmente, há uma carência significativa de profissionais com essa habilitação.

- Fortalecimento do nível primário de atenção à saúde do Idoso na produção do cuidado em defesa da vida, tais como educação sanitária, imunização, prevenção de endemias e doenças, orientação da promoção de alimentação saudável, entre outros.
- Elaboração de um protocolo “Linha Guia de Atenção e Acolhimento ao Idoso” após ampla discussão com os agentes sociais, no que se refere à implementação das políticas de Atenção à Saúde do Idoso.
- Implementação e qualificação das ações na assistência à saúde do Idoso. Através da organização do sistema de serviços de saúde em três níveis: os centros primários de atenção à saúde do Idoso (CASAS DE ACOLHIMENTO AO IDOSO) em todos os municípios, os centros secundários de atenção à saúde do Idoso e os hospitais de ensino em gerontologia (Hospital da Melhor Idade) com a implantação da residência médica e de enfermagem em Gerontologia.
- Criação da unidade de atenção a saúde do idoso “Hospital Geriátrico” e residência em geriatria, para melhor atender a nossa população idosa, o atendimento hoje é limitado ao Abrigo São José. Percebamos que nossa população está envelhecendo e precisamos ter um melhor suporte a esta faixa-etária.
- **Serviços sociais de abrangência a todas as faixas etárias**
- Ação Social Itinerante: Envolvendo médicos, fisioterapeutas, odontólogos, nutricionistas, biomédicos, farmacêuticos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, técnicos de laboratório, psicólogos e assistentes social, estes profissionais, formando uma ampla rede multiespecializada terá o intuito de trabalhar principalmente a saúde preventiva e não somente a curativa do ser humano que irá ser atendido;
- Laboratório Itinerante: Via térrea e fluvial para um melhor atendimento das demandas do público do interior do estado e uma melhor política de atendimento aos ribeirinhos em nosso Estado; e
- Equipes de prevenção e saúde nas escolas. (médicos, enfermeiros, nutricionistas, dentistas e biomédicos.

5.2.3. Infra-Estrutura Física da Saúde Pública

A população do Estado do Amapá é composta de 650.000 pessoas que habitam 16 municípios. Estamos com média de crescimento anual na ordem de 7,2%, uma das maiores do Brasil. Esse índice reflete não só o crescimento vegetativo da população como também o intenso fluxo de imigração oriundo do Estado do Pará, principalmente, do nordeste e de outras regiões do norte.

A estrutura física e de profissionais de atendimento à Saúde Pública, portanto, está totalmente sub-dimensionada porque os investimentos nessa área não acompanham o aumento de sua demanda. Há necessidade de um substancial volume de recursos somente para adequação da estrutura existente à atual demanda social.

Através de recursos do Orçamento do Estado, emendas parlamentares ao Orçamento da União, verbas extra-orçamentárias e financiamentos pelas agências nacionais e internacionais, vamos implementar as seguintes ações:

JORGE AMANAJÁS

- Instalar nas localidades com mais de 200 (duzentos) habitantes, Posto de Saúde 24 horas, com auxiliar de enfermagem permanente;
- Instalar e/ou revitalizar na sede de cada um dos municípios Centros de Saúde e/ou Policlínicas com médico e equipe auxiliar;
- Instalar e/ou revitalizar nas mezo-regiões do Estado (norte, sul, leste e oeste), uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para atendimento de média complexidade dotada de equipamentos de imagens e laboratório clínico.
- A estrutura de Saúde Pública e Preventiva do interior do Estado funcionará através de Consórcios Inter-Municipais de Saúde (vide exemplo do que está sendo operacionalizado no Estado de Minas Gerais e implantado em outras unidades da Federação).
- Há que se analisar a vocação e atipicidades de cada Município para implantação das UBS. Por exemplo: o atual Hospital de Serra do Navio será adaptado para operar também como Hospital Especializado em Doenças Tropicais, além de sua função de atendimento de média complexidade.
- Na capital do Estado, Macapá será revista todas as condições de manutenção e operação das Unidades Hospitalares, tendo como modelo o que vai ser aplicado nos Municípios, ou seja, postos de saúde nas localidades e bairros, Unidade Básica de Saúde – UBS em grupos de bairros e os Hospitais de Alta Complexidade.
- Hospital do Trauma: percebe-se a necessidade de uma separação entre as emergências clínicas (crises hipertensivas, diabetes descompensado etc) que seriam atendidas pelo HE e os Traumas (fraturas, ortopedia etc.) e Emergências;
- Hospital do Câncer para um melhor atendimento dos pacientes portadores de doenças crônico-degenerativas em nosso estado, servindo ainda de referência ao SUS/MS. Perceba-se o aumento do número de casos de cânceres em nosso estado e as perspectivas pela OMS/OPAS/MS do aumento nos próximos 15 anos em 40% do número de casos no Brasil/Amapá;
- Criar Centros de Transplantes;
- Reforma e ampliação do Centro de Especialidades Odontológico, e realização de atendimentos de emergência odontológica à comunidade;
- Serviços de fisioterapia a 3ª idade no CREAP;
- Ampliação do CRTN do seu espaço físico e aumento no número de equipes;
- Ampliação e remodelação do PAI (Pronto Atendimento Infantil); percebe-se que o PAI foi implementado sem quaisquer planejamentos progressos, o mesmo teria um novo prédio, para se trabalhar o verdadeiro pronto-atendimento pediátrico.
- Ampliação e remodelação do HCA, o Hospital há anos necessita da ampliação do número de leitos clínicos, UTI e Cirúrgicos, reformulação da Central de Materiais e Esterilização e Bloco Cirúrgico com maior número de salas;

- Organização das ações de Vigilância à Saúde Bucal com ênfase na implantação do programa de fluoretação da água de abastecimento público nas localidades onde possuem sistema de tratamento de água, bem como garantir o monitoramento dos teores de flúor, garantindo a continuidade deste processo. Tal medida é eficaz no controle e prevenção da cárie dentária, reduzindo em média em 60% a prevalência de cárie, garantindo o direito de acesso universal.

5.2.4. Gestão da Saúde Pública

Iniciamos nosso planejamento para esta área já afirmando que existe recursos financeiros para implantarmos um serviço de qualidade no atendimento com respeito à dignidade do cidadão no que se refere as suas necessidades básicas de saúde.

Como já registramos anteriormente, além das verbas orçamentárias do Estado, temos ainda as rubricas orçamentárias constitucionais do Governo Federal, as emendas orçamentárias a ser indicadas pela bancada parlamentar federal, as verbas extra-orçamentárias da União, financiamentos externos, financiamentos a “fundo perdido” ou não pelas agências nacionais e internacionais (ONU, OMS, BID, BIRD, ADA dentre outras), que podem ser obtidos através de Convênios de Cooperação Técnica ou mesmo financiamentos diretos.

O que precisamos para obter esses recursos, além de um planejamento sério, consistente, na necessidade e na oportunidade de cada projeto tecnicamente correto a ser elaborado, é de uma aplicação correta, honesta, com intensa e permanente decisão política e no acompanhamento de cada fase de sua execução.

Diante dessa contextualização, vamos implantar as seguintes ações na Gestão da Saúde Pública do Estado do Amapá:

- Profissionalizar o gerenciamento de cada uma das unidades de atendimento sejam ambulatorios, postos médicos, centros de saúde e unidades hospitalares, focando na produção de resultados que serão acompanhados por setor especializado central , processamento e avaliação dos bio-indicadores de cada unidade;
- Autonomia administrativa e financeira para as Unidades Hospitalares (Alta Complexidade);
- Aperfeiçoamento do sistema de Caixa Saúde para os ambulatorios e centros de saúde e/ou policlinicas;
- Modernizar e automatizar (tecnologia da informação) os agendamentos para consultas e exames especializados;
- Capacitar através de atualizações, reciclagem e/ou formação continuada, os servidores públicos que trabalham na Saúde Pública, através da participação em cursos (internos e externos), com matriz curricular específica, estágios em unidades de excelência nos demais estados brasileiros, visita com palestras e treinamentos de especialistas de renome;
- Firmar convênios com as Prefeituras Municipais para que o Estado supervisione e avalie o atendimento e os bio-indicadores dos Postos de Saúde, SAMU e outros órgãos municipais ligados à Saúde Pública;

- Adequar a estrutura administrativa da Secretaria Estadual de Saúde – SESA, para cumprimento de sua função de gerenciamento e coordenação do SUS no Estado;
- Priorizar investimentos na rede básica de saúde (municípios), já que ela é, em tese, a porta de entrada no Sistema.
- Firmar convênios com instituições públicas e/ou privadas que tenham por objetivo a pesquisa de doenças tropicais.
- Considerar Saúde Mental, viciados em drogas e afins, como questões de Saúde Pública.
- Investimento em sistemas de informação para melhores gerenciamentos administrativos em Saúde (como: prontuário eletrônicos, todos os complexos hospitalares interligada por redes) ex: o programa iDoctor, disponibilizar os dados reais de atendimento nos hospitais e suas respectivas causas e situação de saúde no estado.

É compromisso do governo Jorge Amanajás praticar todo o esforço para a negociação entre os gestores de saúde em um processo participativo, que já é uma marca da gestão do SUS em vários estados e passará a ser realidade em nossa gestão. Conhecer as normas do SUS e cumpri-las é, sobretudo, contribuir para o fortalecimento desse processo de participação, na direção do permanente aprimoramento do Sistema Único de Saúde e conseqüente melhoria da saúde pública no Estado, além de um compromisso do governo Jorge Amanajás.

Encerramos este Capítulo afirmando que o financiamento da Saúde Pública Brasileira não é somente corte de despesas e financiamentos adicionais, mas, sim, o corte sumário dos desperdícios.

5.3. Defesa Social

As normas básicas para operação da segurança pública brasileira estão estabelecidas no Plano Nacional de Segurança Pública - SENASP. É com base nessa norma legal que vamos implantar aqui no Amapá o seu Plano Estadual de Segurança Pública, que será um conjunto articulado de componentes (programas, projetos e ações) com definição de metas, processo de avaliação constante da execução das ações que o irão compor.

Os princípios e objetivos que regerão esse Plano terão como destino final a segurança individual e coletiva e assegurar o exercício pleno da cidadania, ou seja, serão fundamentados na Constituição Brasileira e na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana.

A política de Segurança Pública que será estabelecida deverá, portanto, respeitar os seguintes pontos:

Princípios Gerais

- Direitos Humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários;

- Ação social preventiva e ação policial são complementares e devem combinar-se na política de segurança;
- Polícias são instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades, inibindo e reprimindo, portanto, suas violações;
- Às polícias – qualquer que sejam elas – compete fazer cumprir as leis, **cumprindo-as**;
- Policiais são seres humanos, trabalhadores e cidadãos, titulares, portanto, dos direitos humanos e das prerrogativas constitucionais correspondentes às suas funções;
- O Sistema de Justiça Criminal deve ser democrático e justo, isto é, orientado pela equidade, acessível a todos e refratário ao exercício violento e discriminatório do controle social;

Objetivos Estratégicos

Objetivos estratégicos são alvos ou situações concretas que vamos atingir para alcançar as metas finais do planejamento. Nossos objetivos estratégicos são:

- Reduzir a criminalidade e a insegurança pública, em especial os crimes contra a vida;
- Controlar o crime organizado;
- Reduzir a corrupção e a violência policiais;
- Promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos;
- Bloquear a dinâmica de recrutamento pelo tráfico e pela prostituição de crianças e adolescentes;
- Eliminar o poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial à comunidades vulneráveis e a expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas;
- Valorizar as polícias e os policiais, reformando-as e requalificando-os, levando-os a recuperar a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos;
- Ampliar a eficiência da organização policial através de indicadores regionais;
- Aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado;
- Contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal.

Objetivos Específicos

- Criar a Polícia Rodoviária Estadual para combater acidentes de trânsito nas rodovias estaduais;
- Criar a Polícia Fazendária para ajudar na fiscalização e aumento da arrecadação do Estado.
- Criar a Polícia Marítima e Fluvial para realizar o policiamento do tráfico de drogas, armas e outras irregularidades que circulam nos rios e na costa marítima do Estado;
- Melhorar a estrutura da Polícia Ambiental;
- Criar a viatura de bairro, com celular, para atender especificamente aos moradores do bairro, com suporte da Rádio Patrulha Geral;
- Adequar os salários dos agentes de polícia e peritos à importância de suas funções;
- Equiparar os salários dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros com o dos Delegados da Polícia Civil;
- Implantar o AVL – Localização Automática de Veículos – com o objetivo de melhorar a análise das ocorrências, o tempo de resposta e a economia de combustível das viaturas;

- A frota de helicópteros deverá ser ampliada para 02 unidades: segurança pública/bombeiros e saúde pública;
- Monitorar as principais áreas da cidade por circuito interno de TV (centro comercial, praças e cruzamentos dentre outras);
- Monitorar o Complexo Penitenciário por circuito interno de TV;
- Estabelecer conceitos de avaliação de segurança pública integral cujos componentes são indicadores levantados periodicamente por área de atuação das unidades componentes de Sistema de Segurança;
- Implantar delegacias nos bairros ficando os CIOSP's coordenando as ações por regiões;
- Fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança cuja área de competência é restrita à segurança pública, independentemente das Associações de Bairros;
- Combate incessante através de ações preventivas, a sensação de insegurança sentida atualmente pela população;
- Investimentos maciços na inteligência policial, necessária para dar combate mais eficaz à criminalidade; e
- Desenvolver um planejamento integrado de ações e diretrizes com o Ministério Público, Judiciário, OAB, Polícia Federal e Guarda Municipal, cujo enfoque será o desenvolvimento da inteligência policial utilizando a tecnologia da informação e análises das informações produzidas por especialistas de modo que se possa tornar realidade o conceito básico da Defesa Social: polícia efetiva, população segura e justiça imediata.

5.4. Educação Pública

Nenhum plano de governo poderá ser implantado se não contemplar a Educação, em todos os seus níveis, com ponto fundamental de aplicação e desenvolvimento.

No planejamento educacional vamos contemplar as seguintes diretrizes:

- Elaborar e implementar o Plano Decenal de Educação;
- Criação dos conselhos escolares e comunitários para interagirem diretamente com os dirigentes escolares;
- Criação de um projeto pedagógico de reforço escolar no contra-turno, com o intuito de minimizar dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- Implementar as Bibliotecas Ambulantes (veículos), no intuito de contribuir e melhorar as práticas de leitura e escrita, principalmente junto às instituições localizadas na periferia da capital e no interior;
- Construir e ampliar o número de salas de aula no Estado para atendimento da demanda local de alunos na faixa etária de 06 a 17 anos que estão fora do sistema educacional;
- Promover encontros, seminários, simpósios e outras ações congêneres para discutir e aplicar propostas de melhoria da qualidade da educação amapaense;
- Garantir merenda escolar de qualidade e regionalizada para todos os alunos regularmente matriculados nas instituições de Ensino Fundamental e Básico;
- Promover articulações junto às instituições formadoras, para realização de cursos de Pós-Graduação e Mestrado na área de Educação;
- Autorizar apenas contratação, nas instituições escolares, de diretores, orientadores, professores e coordenadores com formação acadêmica adequada à respectiva função;

- Promover a admissão de professores e demais profissionais da educação somente por meio de concurso público;
- Promover articulações com as instituições formadoras (Universidades Federal e Estadual), para a formação continuada dos professores e de outros profissionais que atuam nas instituições públicas educacionais;
- Reorientar a matriz curricular no Estado para adequá-la ao ENEM.

5.4.1. Educação Infantil

A Educação Infantil engloba a formação educacional da criança no grupo etário de 0 (zero) até 6 (seis) anos de idade e, pela legislação vigente é de responsabilidade dos municípios;

O desenvolvimento de uma política de Educação Infantil demanda que as Secretarias de Educação visem:

- Incluir a Educação Infantil no Plano Estadual de Educação em consonância com a política local definida para a área;
- Disponibilizar profissionais devidamente qualificados e recursos para exercer o necessário apoio técnico e financeiro às instituições de ensino;
- Desenvolver metodologias para localizar e incorporar dados sobre instituições que funcionem à margem do sistema educacional visando à sua inclusão nas estatísticas nacionais, estaduais e municipais.
- Fazer um estudo que indique o custo criança atendida por estabelecimento de ensino;
- Acompanhar e avaliar de que forma a legislação e a política estadual vigentes estão sendo incorporadas pelo sistema e pelas instituições de educação infantil.
- Realizar um programa de acompanhamento das instituições de educação infantil, auxiliando-as a estabelecer os planos e as metas para a melhoria permanente da qualidade, do cuidado e da educação oferecida;
- Auxiliar os sistemas municipais de ensino no sentido de melhorar cada vez mais a educação no grupo etário em foco, principalmente no que diz respeito à formação dos profissionais que irão atuar nessa área;
- Adotar medidas, em articulação com os municípios, para assegurar que todas as instituições de Educação Infantil formulem e avaliem suas propostas pedagógicas com a participação da comunidade escolar, orientando-as nesse processo;
- Estabelecer diretrizes, objetivos metas e estratégias para a área no que se refere à organização, ao financiamento e à gestão do sistema educacional como um todo, à garantia das vagas demandadas pela população, à formação dos profissionais, ao credenciamento das instituições de Educação Infantil única e exclusivamente para o cuidado e a educação das crianças na faixa etária 0-6 anos;
- Apoiar financeira e tecnicamente as instituições de Educação Infantil conveniadas, confessionais e comunitárias para que atinjam padrões compatíveis com as exigências legais e pelo atendimento à comunidade;
- Garantir a inclusão e o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais em todas as áreas (DV, DA, DM, AH, autismo, hiperatividade, dentre outras);
- Adotar estratégias, orientações e materiais específicos para o trabalho com crianças que apresentem deficiências sensoriais (surdez, cegueira ou distúrbio acentuado de linguagem), físicas, motoras e múltiplas;
- Implantar e garantir a presença nas instituições de Educação Infantil, de uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, para o

atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais e demais demandas escolares;

- Adotar medidas para garantir uma transição pedagógica adequada na passagem das crianças da Educação Infantil para o Ensino Profissional;
- Construir e ampliar o número de creches e pré-escolares no Estado, com o intuito de atender a demanda local de crianças nesta faixa etária que estão fora das escolas de Educação Infantil.

5.4.2. Educação Fundamental

A Educação Fundamental ou Ensino Fundamental destina-se ao atendimento educacional de crianças do grupo etário 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e também, de acordo com a Lei Federal nº 9.394, de 26.12.1996, sua execução é de responsabilidade das administrações municipais.

Não obstante essa imposição legal é evidente a existência de fragilidades que todos os Municípios sozinhos têm para desenvolvê-la com qualidade. Por isso, vamos atuar em conjunto com as administrações municipais para implantar as seguintes metas, algumas delas oriundas do Plano de Educação Infantil:

- Responsabilizar-se em parceria com o sistema municipal de ensino, pela qualidade da educação básica, principalmente no que diz respeito à formação de profissionais;
- Promover a articulação com o governo federal, secretarias municipais, órgãos, organismos e organizações, áreas, programas, poderes Legislativo e Judiciário e a sociedade em geral, para propiciar uma gestão integrada e colaborativa entre os diversos níveis de governo e entre os diversos setores que estejam vinculados às políticas sociais e à educação em geral, no que diz respeito às crianças de 06 a 14 anos de idade;
- Estabelecer diretrizes, objetivos, metas e estratégias inovadoras para o nível fundamental, principalmente no que diz respeito à evasão e repetência escolar;
- Acompanhar e avaliar de que forma a legislação e a política estadual vigentes estão sendo incorporadas pelo sistema e pelas instituições de ensino fundamental;
- Articular-se aos outros níveis (infantil, médio e superior) e as modalidades de ensino (jovens e adultos, educação especial e educação indígena) do sistema educacional;
- Estabelecer diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o ensino fundamental no que se refere à organização, ao financiamento e à gestão como um todo, à garantia das vagas demandadas pela população, à formação dos profissionais, ao credenciamento das instituições de ensino para a educação desta faixa etária;
- Garantir a inclusão e o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais nas classes da educação básica;
- Adotar estratégias, orientações, materiais específicos para o trabalho com idade cronológica para permanência no Ensino Fundamental que apresentem atraso no desenvolvimento decorrente de déficit de atenção e hiperatividade, problemas comportamentais, emocionais, psicomotores, cognitivos, dislexia e correlatos, dentre outras sintomatologias congêneres;
- Realizar controle social da implantação e avaliação dos recursos do FUNDEB;
- Criar conselhos escolares e comunitários nas instituições de Educação Básica, para a melhoria da aplicação dos recursos financeiros e a promoção de uma gestão democrática;
- Implantar, com recursos do MEC - Ministério da Cultura, Bibliotecas Móveis (veículos), no sentido de contribuir e melhorar as práticas de leitura e escrita;

- Criação junto às instituições escolares de projeto pedagógico de reforço escolar no contra-turno, com o intuito de minimizar as dificuldades de aprendizado;
- Implementar nas escolas públicas de Ensino Fundamental o Projeto Escola Comunitária através de práticas culturais, esportivas, sociais e pedagógicas e outras ações que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais onde a escola estiver inserida.

5.4.3. Ensino Médio

Da mesma forma que vamos atuar no Ensino Infantil e no Fundamental, vamos também atuar com muita ênfase no Ensino Médio, garantindo o acesso à educação formal para os estudantes inclusos na faixa etária de 14 a 17 anos.

Esta modalidade de ensino, de acordo com a já citada LDB – Lei de Diretrizes e Bases - designa os Estados Federativos como operadores principais e responsáveis diretos pelos seus resultados;

Para melhorarmos a qualificação dos nossos jovens, vamos implementar as seguintes ações complementares:

- Matriz curricular que atenda às especificidades regionais em consonância com a matriz nacional;
- Garantir a qualidade do ensino principalmente no que diz respeito à formação e qualificação dos profissionais da área;
- Construir e ampliar o número de salas de aulas para atender integralmente a demanda dos estudantes de ensino médio do estado;
- Implementar também o Projeto Escola Comunidade para promoção de ações artísticas, culturais e pedagógicas nas comunidades locais;
- Criação de um projeto pedagógico que implemente um reforço e/ou revisão dos conteúdos para os estudantes que concorrerão ao vestibular e para os que estão em dificuldades ou deficiência no aprendizado;
- Promover o controle social dos recursos federais destinados às escolas de Ensino Médio;
- Garantia da contratação de profissionais qualificados ao ensino médio somente através de concurso público;
- Implementar o Ensino Médio Integrado que atenda ao mercado de trabalho e construa uma cultura de empreendedorismo e negócios entre os jovens;
- Reformular e implementar o Curso de Magistério em nível médio integrado de acordo com a LDB – Lei de Diretrizes e Base em vigor;
- Regulamentar a Lei nº 10.639/2003 que estabelece o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas escolas;
- Regulamentar e implementar o ensino de História do Amapá no ensino médio;
- Regulamentar e implementar o ensino das culturas indígenas;
- Reestruturar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, para esta modalidade atenda aos que procuram concluir seus estudos do nível médio;
- Reestruturar o Sistema de Ensino Modular – SOME;
- Combater decididamente a evasão e a repetência escolar;
- Implantar o projeto “**Escola Modelo**”: educação integral. Objetiva diminuir a evasão escolar nos bairros periféricos. Vamos adaptar, dentre as existentes, uma escola em cada bairro;

- Implantar o programa “**Aprendendo a Viver**”: introdução de disciplinas como técnicas agrícolas, artes domiciliares, dentre outras;
- Implantar o programa “**Sorrir para a Vida**”: saúde preventiva bucal semestralmente;
- Implantar o programa “**Prevenir é Melhor**”: reestruturação da disciplina Ética e Cidadania visando reduzir os índices de violência, indisciplina e delinquência nas escolas e, por extensão, na sociedade;
- Implantar o programa “**Saúde vai à você**”: em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde – SESA, programar visita semestral de médicos às escolas para inspeções preventivas de saúde;
- Implantar o programa “**Escola Empreendedora**”: parceria do Governo Estadual com a iniciativa privada para a contratação de alunos-estagiários para as empresas;
- Garantir a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em todas as áreas, com a garantia de acompanhamento de profissionais qualificados; e
- Implementar grupo técnico de acompanhamento do rendimento escolar, dos estudantes atendidos pelo programa federal Bolsa-Família e outros programas de assistencialismo correlatos.

5.4.4. Formação Tecnológica

Não podemos imaginar nem aceitar que somente a graduação e/ou a pós-graduação poderá fazer com que o cidadão se sinta feliz e realizado profissionalmente. Por isso vamos dar ênfase especial no Ensino Médio para alternativas profissionalizantes de nível médio.

Com a perspectiva de desenvolvimento que estamos implantando no Estado hoje já se sente a falta de técnicos especializados em atividades industriais, semi-industriais e aperfeiçoamento dos recursos humanos ligados à área de serviços.

Será efetivado o ensino médio profissionalizante com cursos que atendam às especificidades do Estado, como curso de eletrotécnica, enfermagem, nutrição, saneamento básico e edificações. Vamos também garantir aos alunos participantes, cursos estágios através do programa Amapá Jovem.

Para complementar essa formação e demanda vamos implementar em conjunto com o Governo Federal, Escolas Técnicas e Centros Tecnológicos através de convênios com organismos afins.

5.4.5. Formação Superior

A UEAP – Universidade Estadual do Estado do Amapá será o grande centro convergente da formação científica do Estado do Amapá em cumprimento aos pilares universitários: ensino, pesquisa e extensão.

Alguns princípios já podem ser enumerados para cumprimento da sua missão:

- Promover concurso público para o quadro técnico e o corpo docente;
- Implantar, no menor prazo possível, curso de Mestrado em Educação, para atender os quadros de pessoal do Estado e dos Municípios;
- Além dos cursos já em execução, implantar os seguintes cursos voltados ao atendimento das especificidades do Estado tais como: Nutrição, Agronomia, Turismo, Fisioterapia e Medicina Veterinária;
- Ampliar a sua Biblioteca e seus laboratórios;

- A pesquisa e a extensão universitária serão incentivadas de modo que o conhecimento produzido chegue à população e em seu benefício;
- A pesquisa em particular, deverá ser desenvolvida por iniciativas próprias e, também, através de convênios de cooperação técnica e/ou participação em linhas das linhas de pesquisas existentes no âmbito nacional e internacional;
- A extensão terá como prioridade a implantação de *campis* regionais de modo atender os municípios que fizerem parte do seu entorno geográfico;
- Fazer com que a UEPA, IEPA e Reservas Florestais, além da UNIFAP e demais instituições de ensino superior, tenham linhas de pesquisa específicas e integradas.

5.5. Ciência e Tecnologia

O Estado do Amapá dispõe de espaços geográficos, localização e biodiversidade propícias ao desenvolvimento das Ciências. O produto “Amazônia” é supervalorizado no meio científico e buscado com muita decisão pelos cientistas nacionais e internacionais.

Para que o Amapá possa explorar toda a sua potencialidade nessa área, vamos adotar os seguintes princípios:

- Incentivar a elaboração de projetos que definam claramente sua aplicação, o que é ciência e o que é tecnologia;
- A ciência deverá ser desenvolvida pelas instituições acadêmicas através do desenvolvimento da pesquisa aplicada;
- Para o desenvolvimento tecnológico avançaremos nas relações público-privadas (PPA), seja através da implantação de núcleos de formação técnica seja através de incentivos fiscais;
- Fazer cumprir a legislação estadual que destina 1% (hum por cento) da receita do Estado para desenvolvimento da pesquisa científica;
- A UEAP – Universidade Estadual do Amapá será a indutora do fomento à ciência aplicada que trabalhará em consonância com os projetos de pesquisa já em desenvolvimento e/ou que vierem a ser propostos pela Universidade Federal – UNIFAP, através de linhas integradas de pesquisa;
- Vamos criar o Fórum Permanente de Pesquisa Aplicada do Amapá com programação e calendário próprio, coordenado pela SETEC – Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, composto pelos seguintes órgãos: UEAP, UNIFAP, IEPA, EMBRAPA, IBAMA, SEMA, RURAP, Faculdades Particulares, dentre outras;
- Vamos criar também, dentro do programa de extensão da Formação Tecnológica, os Centros de Desenvolvimento Tecnológico, em parceria com o Governo Federal, com recursos dos Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, e do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda.
- Firmar convênios de cooperação técnica com organismos públicos e/ou privados, nacional e/ou internacional para desenvolvimento tecnológico;
- No Brasil, diferentemente de outras nações de nível de desenvolvimento equivalente ao nosso, a tecnologia é importada a um alto custo e uma das causas principais para que a tecnologia isso ocorra é que as políticas públicas de desenvolvimento tecnológico privilegiam apenas as universidades. Para corrigirmos este desequilíbrio

no nosso Estado, vamos implantar os já referidos Centros (nível superior) e Escolas Técnicas (nível médio);

5.6. Rede de Proteção Social

Ao lado dos programas sociais que se destina a toda a sociedade, o Governo Federal deu destaque, a partir de meados da década anterior, àquelas ações voltadas para os brasileiros situados na linha de pobreza, com o Nome de Proteção Social. Esse programa social foi dado continuidade e até expandido pelo governo subsequente, atingindo em 2008 40 milhões de beneficiados diretamente em todo o Brasil.

Essa rede era composta pela transferência direta de recursos da União sob diversos títulos. A partir de 2004 esses títulos foram unificados em um só denominado Bolsa-Família. Adicionalmente alguns Estados da Federação também criaram seus programas de assistencialismo direto, nos moldes do proporcionado pelo Governo Federal, fazendo com que fosse reduzida drasticamente a pobreza e a indigência no território nacional.

No nosso governo vamos manter e ampliar a Rede de Proteção à sociedade menos contemplada pelos benefícios que são concedidos, ao mesmo tempo em que dinamizaremos as demais Políticas Sociais Básicas (saúde, educação, desenvolvimento social, dentre outras).

5.6. Cultura e Esportes

O Estado do Amapá tem atualmente 20.000 pessoas fazendo cursos de graduação, especialização, mestrado e/ou doutorado. Estamos formando uma geração culturalmente mais desenvolvida e com outras necessidades. Além disso temos um passado rico de manifestações culturais que necessita ser preservado.

Com essa visão é que vamos implantar os seguintes projetos para dinamização da cultura e dos esportes:

- Simplificar a atual legislação estadual de incentivo ao setor;
- Estimular a pesquisa e difusão cultural;
- Incentivar a formação de profissionais da área, ampliando e diversificando os quadros técnicos que trabalham na área cultural (artistas, produtores etc);
- Fortalecer as instituições culturais existentes e incentivar a criação de outras; e
- Incentivar a criação de Arquivos e Bibliotecas Públicos nos Municípios.

Na área do esporte especificamente entendemos que o estímulo vocacional deverá ser empreendido inicialmente já nas escolas de ensino básico e médio com incentivos ao desenvolvimento pleno no terceiro grau.

6. INFRA-ESTRUTURA

Há necessidade de se continuar implantando no Estado projetos estruturantes de modo que se melhore, cada vez mais, o nível de qualidade de vida de seus habitantes e seu desenvolvimento pleno.

Todos os projetos que implantaremos terão esse objetivo primordial.

Já há aprovação dos agentes financeiros (BNDES dentre outros), de recursos na ordem de R\$ 900 milhões para continuarmos a implantação do Programa de Desenvolvimento Humano Integrado. Referido programa tem os seguintes componentes:

- Saneamento ambiental urbano de Macapá, Santana e Oiapoque;
- Infra-estrutura urbana dos demais municípios;
- Infra-estrutura rodoviária;
- Ampliação da rede de gestão e atendimento integral à população; e
- Fortalecimento da cadeia produtiva do pescado e da carne bovina.

6.1. Abastecimento de Água

Os dados disponíveis (Balanço CAESA-2002), indicam que somente 48% da população do Estado é abastecida com água tratada, ou seja, mais da metade da população amapaense é abastecida com água oriunda de poços, rios e seus afluentes, normalmente contaminada pela descarga de dejetos em seus cursos.

Na capital do Estado há uma Estação de Tratamento de Água que faz a captação da água *in natura* do Rio Amazonas, em zona contaminada, orla de Macapá. Desde a década de 90 não são feitos investimentos de grande porte para expansão de sua produção e melhoria da sua qualidade.

Mesmo diante desse cenário, a CAESA – Companhia de Água e Esgoto do Amapá, encerrou o exercício de 2008 com um prejuízo de R\$ 1,5 milhões que vem se acumulando nos últimos 15 anos atingindo atualmente um endividamento total de R\$ 37 milhões.

Ainda segundo dados da própria CAESA, para uma população de 600.000 habitantes há somente 59.560 ligações de abastecimento de água – 38.238 na capital e 21.322 no interior.

Há disponibilidade de recursos nas diversas instituições de financiamentos destinados ao desenvolvimento social. O que precisamos apresentar são projetos técnicos bem elaborados e articulação política competente para obter suas aprovações.

6.2. Saneamento Básico

De acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apenas 5,45 dos domicílios existentes no Estado do Amapá são interligados a uma rede coletora de

esgoto, uma posição extremamente degradante quando, segundo a mesma fonte, o índice médio brasileiro é de 64%.

Este é um tema que vem sendo tratado com pouca relevância pelos gestores governamentais. É preciso entender que saneamento básico, além de ser um dos direitos fundamentais da coletividade, é, também, fator decisivo para o nível de qualidade da saúde pública e bem estar social.

Além desse gravíssimo descaso, o destino final dos detritos humanos ou não, são os rios e os igarapés que, por sua vez, deságuam no Rio Amazonas reiniciando, assim, mais um ciclo de consumo de água contaminada, além da poluição de toda a bacia hidrográfica.

O Estado do Amapá está tendo, nos últimos anos, um crescimento demográfico médio anual (crescimento da população), de 6,7%. Na sua capital, Macapá, está sendo iniciado um crescimento verticalizado das habitações, porém a última ampliação de grande porte verificada em sua rede de esgoto é do início da década de 90, com menor dimensão que a própria de abastecimento de água. No Amapá o nivelamento é por baixo atingindo todas as classes sociais.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA -, entidade federal, realizou recentemente uma pesquisa no Brasil, segundo a qual as classes sociais mais altas - com mais de 10 salários mínimos, apresentavam uma cobertura de 25% maior na água tratada e 40% maior na coleta de esgoto.

Pode-se observar, portanto que, embora o saneamento básico seja um problema existente em todas as cidades brasileiras, o Estado do Amapá está situado entre as unidades da Federação que menos é assistida nessa área.

Através de linhas de financiamento - nacional e internacional -, vamos expandir a rede de esgoto das sedes municipais e construir em cada uma delas uma Estação de Tratamento de Esgotos.

6.3. Energia Elétrica

A energia elétrica consumida no Estado do Amapá é gerada pela ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte, ligada ao Governo Federal e distribuída pela CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá, ligada ao Governo Estadual.

Tivemos avanços significativos tanto na produção como na distribuição da energia elétrica, porém, atualmente, se considerarmos a interligação completa do Estado do Amapá, demandará um consumo de mais de 200 mw. Não temos ainda produção de energia para atender essa necessidade.

A ELETRONORTE está com sua capacidade de produção no limite e a CEA está em processo pré-falimentar em vias de ser federalizada.

Para pensarmos na necessidade futura e implantação de um plano de governo de governo com a dimensão que estamos propondo, temos que unir todas as forças técnicas e políticas para aumentar a disponibilidade de energia elétrica no Estado.

Para atingirmos esse objetivo vamos implantar as seguintes ações governamentais:

- Junto com o Governo Federal e a nossa bancada de parlamentares vamos viabilizar a implantação do linhão que interligará a geração da hidrelétrica de Tucuruí no Pará ao Sistema Elétrico Amapá. Referido projeto de execução já foi aprovado pelos setores federais competentes;
- Promover articulações junto ao Governo Federal para construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, no Jarí, através de parceria público-privada; e
- Implantar PCH's (pequenas centrais hidrelétricas) em Oiapoque, Calçoene, Amapá e Amaparí para aproveitamento da hidraulicidade de seus rios, interligando sua produção do Sistema Turucuí-Paredão.

6.4. – Rodovias

Para fixação do homem no campo, aumento de sua renda e redução da taxa de urbanização dos principais Municípios do Estado, vamos implementar um elenco de ações integradas. Nesse planejamento as rodovias e estradas vicinais serão objeto de prioridade para proporcionarmos as condições necessárias ao escoamento da produção e a interiorização do desenvolvimento.

O transporte rodoviário atual apóia-se em dois eixos Rodoviários Federais: a BR-156 que liga os Municípios do Laranjal do Jarí ao Oiapoque, cortando o Estado de norte a sul e a BR-210 que tem seu início na capital Macapá, coincidindo com a BR-156 até o Município de Porto Grande, seguinte até o Município de Serra do Navio. Esse trecho, Porto Grande – Serra do Navio, é mais conhecido pelo nome de Perimetral Norte.

Esses dois eixos rodoviários são de demanda federal, estando inclusos na malha rodoviária federal brasileira. O trecho norte da BR-156 que vai de Macapá (km 21) até Oiapoque encontra-se com os projetos de asfaltamento já aprovados, licenciados ambientalmente e em fase de pavimentação. Entretanto o trecho que vai do Km-21 até Laranjal do Jarí, encontra-se em fase de aprovação de projeto pelos organismos federais, possuindo apenas o seu Projeto Básico o que possibilita recursos federais apenas para sua manutenção. Já a Rodovia BR-210 que vai de Porto Grande à Serra do Navio, não possui nem o projeto básico, ou seja, é impossibilitada de receber recursos federais para sua conservação e/ou manutenção.

Diante desse cenário nosso governo desenvolverá as seguintes ações:

Elaboração de um Plano Rodoviário Estadual, através do qual proporcionaremos a manutenção e a expansão das Rodovias Estaduais e estradas vicinais. Isso irá permitir, também, que cada Município soubesse qual será sua malha territorial, e principalmente ao Estado, possibilitando a elaboração de projetos de asfaltamento via convênios, tanto para Municípios quanto para o Estado;

Concluir o asfaltamento da Rodovia BR-156 e iniciar o asfaltamento da BR-210, através de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, dentre outras fontes;

Continuar a construção de terminais de cargas e passageiros nas sedes dos Municípios;

Incentivar a expansão de empresas privadas que se destinam ao transporte de cargas e passageiros ao e para o interior do Estado;

Construir uma estrada estadual interligando Santa Luzia do Pacuí à foz do Rio Gurijuba (aproximadamente 70 km) com o objetivo principal de proporcionar acesso mais rápido e seguro ao Arquipélago do Bailique; e

Construir uma estrada estadual para interligação da sede do Município de Laranjal do Jarí ao Município de Vitória do Jarí (32km) e deste com a localidade de Jarilândia (65 km), destinada ao melhor escoamento da produção local, ao eco-turismo e à circulação de riquezas.

6.5. Turismo

Em função de sua posição geográfica, peculiaridades históricas, culturais e sociais, o Amapá se torna um Estado com vocação e viabilidade para implantação e desenvolvimento de atividades turísticas com contribuição importante para o desenvolvimento econômico e social das regiões que lhes fazem parte, almejando alcançar sua sustentabilidade através de três fatores básicos: equidade social, prudência ecológica e aumento da renda das famílias através da dinamização da economia local.

Há necessidade, porém, de fortes investimentos que iremos fazer junto com a iniciativa privada, para dotarmos os pólos de desenvolvimento de infra-estrutura adequada para a instalação dos *trades* turísticos: estradas, saneamento básico, atendimento médico, segurança pública, hotéis, agências de viagens, divulgação etc.

O Amapá já dispõe atualmente de 400 turismólogos (profissionais do turismo com nível superior) formados pelas faculdades locais, o que representa um importante e precioso contingente de profissionais que irão fazer parte do conjunto de ações que serão desenvolvidas.

Vamos implantar em conjunto com a iniciativa privada os seguintes projetos nessa área:

Caravana do Turismo

Tem como objetivo geral apresentar o turismo como precursor de desenvolvimento econômico na região, através das seguintes ações:

- Promover a sensibilização dos gestores locais e da comunidade ao turismo;
- Dotá-los de informações relevantes para o desencadeamento de atividades turísticas;
- Estimular o empreendedorismo no turismo local;
- Incentivar a organização social a favor do turismo; e
- Expor o turismo como uma rara oportunidade para o desenvolvimento sócio-econômico local.

Corredor Hídrico do Turismo

Proposição a uma parceria público-privada para desenvolvimento de um plano de exploração visual e participativa dos recursos hídricos do Estado, promovendo as seguintes ações:

- Promover e valorizar as bacias hidrográficas existentes, tais como do Rio Araguari, Rio Jarí, Rio Oiapoque dentre outros;
- Incentivar o turismo como prática sustentável às comunidades localizadas às margens dos citados rios; e
- Estimular na população dos municípios e localidades participantes a proteção e conservação da bacia hidrográfica do seu rio principal.

Museu a Céu Aberto

Incentivar a valorização histórico-cultural dos Municípios de Serra do Navio, Amapá e Calçoene, bem como oferecer opções para o desencadeamento de atividades sócio-econômicas, através das seguintes ações:

- Promover os museus como roteiro turístico do Estado;
- Divulgar o turismo local como setor comprometido com o desenvolvimento e conhecimento de outras culturas;
- Incentivar a criação de novas áreas de trabalho nas localidades que fizerem parte desse circuito que o fluxo de visitantes irá demandar; e
- Promover os Municípios no Estado, no Brasil e no exterior.

Condutor Mirim do Turismo

Tem como objetivo geral contribuir com a formação de cidadãos com discernimento político e social a fim de se colocarem de maneira mais crítica e responsável perante uma profissão e à sociedade através do turismo. Será implantado através das seguintes ações:

- Melhorar a qualidade de vida dos adolescentes envolvidos no projeto;
- Expor o turismo como atividade solidária na inclusão social de pessoas carentes; e
- Estimular nos participantes o desejo do aprendizado para o seu próprio desenvolvimento profissional e social.

Participação do Governo no Modelo Turístico

Além das obras de infra-estrutura nos Municípios, o Governo do Estado desenvolverá as seguintes atividades complementares:

- Consolidar as relações institucionais com o Ministério do Turismo, principalmente com o PRODETUR;
- Implantar o Programa de Regionalização do Turismo com recursos existentes no Governo Federal;
- Adaptar o atual Plano Estadual do Turismo integrando-o com os demais programas similares existentes na Amazônia e Platô das Guianas;
- Inventário Turístico do Amapá;
- Calendário Turístico do Amapá englobando os eventos significativos de todos os Municípios do Estado;
- Sinalização turística das cidades participantes;
- Obras de infra-estrutura turística;
- Capacitação de recursos humanos;
- Conscientização da população local para o aumento de renda pessoal que o turismo ita proporcionar;
- Promoção e divulgação turística do Estado do Amapá através de participação em feiras, campanhas promocionais no mercado regional, nacional e internacional
- Promover a municipalização do turismo através de convênios do Estado com as Prefeituras, de modo que sejam executadas adaptações de infra-estrutura, preparação de recursos humanos e conscientização da comunidade local;
- Criar incentivos tributários ou não, para atração da iniciativa privada no setor turístico;

6.6. Política Agrícola

A agricultura amapaense é nitidamente de subsistência familiar e sua produtividade é uma das menores da Amazônia, em decorrência da falta de tecnologia a ser empregada nessa atividade.

Importamos 70% dos produtos agrícolas que consumimos, muito embora tenhamos disponível no Brasil tecnologias para aproveitamento de áreas degradadas e cerrados.

Não obstante termos índices tão negativos, o Estado do Amapá dispõe de quase uma dezena de órgãos municipais, estadual e federal (secretarias, órgãos e empresas federais dentre outros) e continuamos com os mesmos índices de produtividade e números de produção idênticos a anos atrás, com raras exceções. Não há interlocução entre esses órgãos, intercâmbio de idéias e projetos, estudos e técnicos. Há uma verdadeira superposição de atribuições e tarefas e, se realizarmos um estudo mais profundo, chegaremos à conclusão que gastamos (União, Estado e Municípios) mais em administração da agricultura do que se obtém em produção.

Vamos fazer uma profunda reestruturação na área, implantando uma política integrada para desenvolvimento e aumento da produção, a partir de um Zoneamento Agrícola e dos seguintes componentes:

- Ocupação territorial titulada;
- Projetos compatíveis com o potencial da área;
- Subsidiar os custos de produção;
- Financiamento de projetos pelas agências de financiamento estadual e federal; e
- Assistência técnica nas diversas fases da produção agrícola: preparação do solo, espécie adequada das sementes, plantio, manutenção, colheita e armazenamento.

6.6.1. Assentamentos Agrícolas

Vamos priorizar nos mais de 30 (trinta) assentamentos agrícolas existentes no Estado, ações integradas às políticas públicas de meio-ambiente e desenvolvimento rural, tais como:

- Criação de Posto de Saúde e Unidade Escolar em cada assentamento;
- Atualizar o cadastro fundiário do Estado visando o conhecimento da situação atual e nova definição dos espaços territoriais, de acordo com o resultado da conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico;
- Fazer aplicar nos assentamentos, em conjunto com os órgãos federais, as recomendações técnicas contidas nos PDA's – Plano de Desenvolvimento de Assentamento do Governo Federal;
- Há necessidade imediata da implantação, seja pelo Governo Federal seja pelo Estado através de convênios, de infra-estrutura adequada ao funcionamento de cada um deles: educação, saúde, eletrificação, assistência técnica e transporte; e
- A partir da implantação desses serviços, o assentamento poderá ser transformado em unidades agro-industriais economicamente viáveis, interligados com os eixos centrais através de ramais rodoviários.

6.6.2. Cerrados

Trata-se de um eco-sistema de natureza campestre que ocupa 6,5% da área do Estado (aproximadamente 930.000 hectares).

O cerrado do Amapá vem sendo alvo de ocupação intensiva pela silvicultura (plantações de *pinus* e *eucaliptos*), estando atualmente com 20% da sua vegetação original substituída por essas espécies.

Nossa posição é muito clara sobre o aproveitamento agrícola dos campos de cerrado, sem se descuidar da sua preservação propriamente dita assim como dos leitos dos igarapés e de suas matas ciliares. Utilizando-se somente 1/3 de suas áreas, proporcionando assistência técnica de qualidade e correção subsidiada do seu solo, o cerrado poderá abastecer as necessidades de alimentação de origem vegetal de todo o Estado, proporcionando melhoria da renda do produtor, qualidade dos produtos e evitando a consequente evasão de divisas.

Vamos implantar também um sistema preventivo e corretivo de combate às queimadas que, no verão amapaense de cada ano dizima todo o seu bioma além de colocar em risco projetos e propriedades implantadas na área.

Temos absoluta certeza que a união de forças dos órgãos que atuam na região poderá reduzir, senão eliminar, essas queimadas. Para isso o Programa de Combate à Queimadas no Campo será implantado com as seguintes diretrizes:

- Criação de uma Brigada do Corpo de Bombeiros para ficar sediada em Porto Grande;
- Convênio de Cooperação Técnica com a AMCEL – Amapá Celulose S.A., empresa privada local, para que suas torres de observação possam também se comunicar com a Brigada dos Bombeiros sediada para iniciar imediatamente a inspeção e/ou combate à sua origem; e
- Também através de convênios de cooperação técnica, incluir a Polícia Rodoviária Federal no sistema de observação preventiva de incêndios.

6.6.3. Produção Agrícola

A maioria dos povos e nações nasceu através do trabalho na terra, dela extraindo seu sustento e sua riqueza. É a mais conhecida e difundida economia do mundo, tendo hoje o Brasil domínio completo sobre as técnicas de aproveitamento dos diversos tipos de solo e produtividade dos produtos;

Essa tecnologia, na sua maioria foi desenvolvida aqui mesmo no Brasil, pelos centros de excelência (EMBRAPA e Universidades dentre outros) e pela iniciativa privada.

Precisamos, então, fazer isso chegar aos campos do Amapá através dos seus órgãos de fomento e evitar que o Estado ainda importe 80% do que consome nessa área.

Não há razão para isso, senão vejamos:

- As terras que eram de propriedade da União passaram ao domínio estadual podendo, agora, emitirmos títulos definitivos de propriedade que, por sua vez, habilitará o proprietário a ter acesso ao crédito rural;
- Da área total de cerrados temos 1/3 ainda disponível para a agricultura produzir alimentos que poderá abastecer todo o Estado, principalmente no que se referem aos grãos, frutas tropicais, legumes e hortaliças, dentre outros produtos;
- Dispomos de 30 Assentamentos Agrícolas sob gestão do Governo Federal, sem que tenham tido implantados os seus respectivos PDA's – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Agrícola.

Para correção desses desvios vamos promover a implantação de centros técnicos da EMBRAPA, IEPA e UEAP nos pólos de desenvolvimento a serem indicados pelo Zoneamento Agrícola para que promovam o fomento da tecnologia de produção intensiva, além de subsidiar o fornecimento de insumos básicos para correção do solo.

6.7. Política Mineral

Durante muitas décadas o extrativismo mineral foi a grande força motriz da economia do então Território Federal do Amapá. Sem um planejamento de longo prazo e avaliado periodicamente pelos órgãos governamentais competentes, o extrativismo mineral torna-se um simples enclave periódico exaurível que deixa como herança a agressão ao meio-ambiente, problemas de saúde pública e expectativas não alcançadas.

Dessa forma, vamos profissionalizar o quadro de gestores que administram essa área no âmbito estadual e aplicar os seguintes princípios para o extrativismo mineral:

- Supremacia do interesse público sobre o particular em que as autorizações para pesquisa, lavra e exploração dos recursos minerais só deve ser concedida a empresas que apresentem o detalhamento de seu programa de exploração e que tenha, como ponto fundamental atender o interesse social do local onde for se instalar;
- Que as compensações financeiras preconizadas pela legislação de regência – CFEM tenham definidas suas aplicações ao invés de ser considerada simples receita governamental e sua aplicação fique ao sabor do livre arbítrio dos gestores de ocasião;
- Gerir o CFEM no sentido de fomentar o turismo – científico, ecológico etc – como alternativa econômica para o Município e ao Estado;
- Compartilhamento das informações entre os órgãos governamentais (estadual e federal) ligados à exploração de recursos minerais;
- Através de ação parlamentar no Congresso Nacional, propor a alteração da distribuição dos royalties minerais de modo que seja aumentada a alíquota de aplicação no Município sede da exploração; e
- Exigir cláusulas específicas nos contratos de concessão de jazidas, que preconize a preservação ambiental, a custo do explorador, através da apresentação prévia de projetos de gestão da biodiversidade local.

6.8. Política Ambiental

A distribuição espacial das atividades humanas e suas construções, intercaladas a ambientes naturais e artificiais, lembra uma maquete em que elementos variados formam um único conjunto. Mas o conflito entre o desenvolvimento econômico, a ocupação humana e a preservação ambiental está distante de um convívio harmonioso.

Vivemos em um terrível e contraditório dilema: conservamos o meio-ambiente ou pereceremos com ele.

Dessa forma para conciliarmos esses opostos, vamos implantar instrumentos de planejamento e ordenação de atividades para nortear a gestão equilibrada de um governo voltado ao aumento da qualidade de vida e renda do seu povo com a implantação de uma série de ações desenvolvimentista simultaneamente com a preocupação da preservação e conservação ambiental e de sua biodiversidade.

6.8.1. – Recursos Florestais

O Estado do Amapá tem 9,4 milhões de hectares de florestas públicas federais e estaduais, as quais poderão ser exploradas economicamente de maneira sustentável através das concessões florestais, ou seja, através de editais de licitações, o Amapá poderá produzir madeira e outros produtos não-madeireiros de forma certificada, sem dano irreversível ao meio-ambiente.

Vamos construir com os técnicos locais, regionais e nacionais, uma agenda de fortalecimento e regulação da gestão florestal, levando o Estado a estabelecer manejo florestal à partir de concessões gerando emprego, renda e fixação do homem no campo, além de evitarmos a falta de madeira para construção e outros fins em plena região amazônica.

Essa visão está amparada na Lei Federal nº 11.824/2006, denominada Lei de Gestão de Florestas Públicas.

No desmatamento indiscriminado e ilegal, a floresta é totalmente retirada para que a terra tenha outra finalidade. Já com o manejo florestal preconizado pela legislação referenciada (concessão e gestão), só é retirada da floresta uma quantidade tal de produtos que não prejudique sua recuperação natural – em geral, cinco a seis árvores das mais de 500 presentes em 01 (hum) hectare com vida média de 30 anos.

Dos 143.453 km² de área territorial que tem o Estado do Amapá, 140.276 km² tem sua cobertura, em sua maior parte, formada por uma densa floresta de terra úmida, inexplorada legalmente fazendo com que, sem poder ser explorada, falte madeira para as diversas atividades desenvolvimentistas no Estado.

Devemos continuar sim preservando nossas áreas territoriais, entretanto, já há instrumentos legais que permitem fazer uma exploração responsável, planejada, ordenação de atividades, tecnologia e recursos que permita melhorar nossa pauta de exportação e, principalmente, a renda e a qualidade de vida do povo.

Vamos implantar a legislação, abrir os editais de concessão e passaremos a extrair produtos certificados pelo Estado do Amapá com a aplicação das seguintes ações:

Manejo de Produtos Madeireiros

- Manejo sustentável das florestas estadual e federal – FLONA's; e
- Implantar a infra-estrutura básica para manutenção da população nos Assentamentos Extrativistas (PAE's), Assentamentos Rurais e Reservas Florestais (RESEX's).

Pesquisa

- Elaborar o Zoneamento Técnico-Econômico do setor florestal ao Amapá;
- Incentivar a participação do Estado no mercado internacional de crédito de carbono; e
- Através de Acordos de Cooperação Técnica, Convênios e Contratos, vamos promover o estudo ampliado da nossa biodiversidade.

Fomento Florestal

- Implantar os Sistemas Agro-Florestais – SAF;
- Proceder ao devido acompanhamento, através de inspeções e avaliações dos Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); e
- Incentivar a agricultura familiar e a reposição florestal nas pequenas e médias propriedades.

6.8.2. – Meio-Ambiente

A área total do Estado é de 14.345.370 hectares. Desse total 6.044.131 hectares, ou seja, 42% é definida como Reservas Florestais ou Parques de Preservação Ambiental, sem termos nenhum benefício e/ou compensação financeira para melhorarmos, por exemplo, nossa infra-estrutura de proteção a essa área.

A preservação do meio-ambiente do Estado do Amapá e de sua biodiversidade, atualmente em torno de 98%, sempre é referenciada em trabalhos acadêmicos e na grande imprensa nacional e internacional. Esse índice é resultado não só de nossa localização geográfica, isolada por via terrestre dos grandes centros consumidores, mas também pela vigilância constante das autoridades e do povo que aqui vivem e trabalham. Entretanto, em um futuro bem próximo, estaremos interligados não somente com o restante do Brasil (via Jari) mas também com o norte da América do Sul (via Oiapoque).

Assim, precisamos de cada vez mais melhorar nossa gestão ambiental para que possamos continuar preservando-a, porém, obter desse mesmo meio-ambiente, recursos, de maneira sustentável, para o desenvolvimento de seu povo.

Para isso vamos implantar os seguintes programas na área:

- Concluir o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado;
- Realizar e/ou complementar os estudos agro-ecológicos do Estado;
- Implantar a Educação Ambiental nas matrizes de educação e locais de trabalho;
- Desenvolver o Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado, objetivando a promoção do uso e ocupação do litoral amapaense; e
- Acompanhar tecnicamente através dos órgãos especializados, o extrativismo florestal e mineral.

7. GESTÃO E GOVERNANÇA

O Setor Público (União, Estado e Municípios) representa algo em torno de 80% da vida econômica do Estado do Amapá e somente com uma governança executiva forte se poderá encorajar o uso eficiente e eficaz dos recursos que constam de um orçamento anual de R\$ 2,000 milhões de reais.

Vamos exigir de cada órgão o cumprimento de metas, inclusive orçamentárias, de prestação de contas pela administração dos recursos através de indicadores de produção e desempenho e, portanto, otimizar ao máximo os recursos que advirão.

Atualmente muitas administrações públicas estão passando por uma reavaliação completa do seu papel de governo na sociedade. Surge disso uma redefinição da relação política-administrativa projetada para assegurar maior responsabilidade das autoridades no exercício do seu poder legal.

Nessa reavaliação observa-se que o ambiente organizacional está sempre em constante evolução. Para sobreviver nesse cenário seus integrantes precisam se adaptar, se especializar, entender o verdadeiro papel que o servidor público desempenha na sociedade. Não há mais ambiente eternamente estável, surgindo então inúmeras dificuldades que o gestor público deve suplantar, viver e trabalhar nesta nova era mundial que é a Idade do Conhecimento e da Informação Processada.

Vamos implantar a governança corporativa com a participação de todos os segmentos representativos da sociedade, controle rígido sobre a aplicação dos recursos, determinação de metas setoriais a serem atingidas e que serão acompanhadas pelo Sistema de Gestão por Objetivos – SGO.

O equilíbrio fiscal será o grande fator de avaliação na implantação de projetos e atividades afins.

O Serviço Público deve ser de qualidade e não exitaremos em fazermos com que a Escola da Escola de Administração Pública e a UEAP sejam os grandes fomentadores do aperfeiçoamento e da especialização técnica e humana dos seus integrantes.

Vamos incentivar a implantação dos Observatórios Sociais para acompanhamento da aplicação dos investimentos físicos e sociais, em consonância com a Auditoria Interna e Tribunal de Contas, com abrangência não só nos investimentos do executivo estadual, mas também, dos executivos municipais. Referidos Observatórios, já instalados em diversos países e diversos estados brasileiros, irão medir com frequência constante nossos indicadores de desempenho e desenvolvimento sócio-econômico (IDH, PIB per capita, índices de saúde, educação, segurança etc), por cada município.

É assim que vamos transformar o Amapá em um Estado próspero e feliz de se viver, dando um verdadeiro **CHOQUE DE GESTÃO** na sua governança.